

Tem a questão dos contratos da empresa dele com a Secretaria da Educação, contrato de quase 200 milhões de reais; tem contratos da empresa dele com o Iampse, com a Unesp, com o Hospital Público Regional Estadual aqui da Grande São Paulo. É um absurdo. Sem contar as questões pedagógicas.

Mas, após oito meses com esse secretário, mais preocupado com suas empresas, com seus negócios e com esse fetiche que ele tem por livros digitais, por aplicativos... Ele tem um fetiche, uma fixação por material digital. Não é possível, ele só fala que tudo se resolve com aplicativo, tudo se resolve, na Educação, com material digital.

Mas, após muito desgaste, após muita pressão da rede estadual de ensino, das entidades representativas do Magistério, das nossas ações aqui na Assembleia Legislativa, ele resolveu trabalhar um pouco.

Ele fez uma “live” agora, às 14 horas, e fez alguns anúncios. Ele está tão desgastado, ele falou: “Agora tenho que começar a trabalhar, senão vou cair, o Tarcísio vai me exonerar”.

Então, ele fez alguns anúncios que já deveria ter feito logo nos primeiros dias de governo e, com isso, a rede está sendo penalizada até agora. São vários anúncios, mas eu queria destacar aqui o primeiro deles, que é a questão das APDs, as famosas Atividades Pedagógicas Diversificadas.

É o mais grave, talvez, hoje, no Magistério, porque está matando o Magistério Estadual. Nós, desde o ano passado, quando foi aprovada essa famigerada Lei nº 1.374, do Rosselli, do Doria, do Rodrigo Garcia, nós já tínhamos denunciado os efeitos nefastos dessa lei para o Magistério Estadual. Então, ele já deveria ter modificado esse artigo da lei.

Nós já vínhamos, desde o ano passado e, sobretudo, quando ele assumiu, exigindo que ele encaminhasse um projeto de lei para a Assembleia Legislativa revogando esses artigos da Lei nº 1.374, sobretudo esse, que obrigava o professor a fazer as APDs nas escolas. Isso não tem o mínimo sentido pedagógico e atrapalha imensamente a vida dos professores e professoras.

Então, ele veio à Comissão de Educação, foi cobrado por nós e se comprometeu a enviar o projeto. Tive uma audiência com ele há mais de um mês, lá no gabinete dele, e ele falou que mandaria. Eu levei essa questão de novo para ele e ele disse que mandaria, que enviaria o projeto de lei para a Alesp.

Até agora não chegou nada. Hoje, ele anunciou que vai enviar o projeto de lei para a Assembleia Legislativa. Então, as APDs serão flexibilizadas, segundo ele, na “live” feita hoje. Ele vai encaminhar um projeto de lei para a Alesp.

Quero dizer que, na hora em que chegar, a gente vai votar em caráter de extrema urgência, esse projeto. Espero que ele já tenha enviado esse projeto para a Casa Civil, porque, na verdade, é a Casa Civil que manda o projeto para a Assembleia Legislativa.

Então, ele tem que cumprir o papel dele e mobilizar a base aqui do governo para que seja votado, porque nós da oposição vamos votar favoravelmente em regime de urgência esse projeto, porque é uma reivindicação do Magistério estadual.

Tem também a questão da falta-aula, ele disse que também vai encaminhar o projeto, talvez no mesmo projeto, logicamente, alterando o artigo da falta-aula, na verdade voltando a ter falta-aula, porque não tem mais, tem falta-dia, se o professor tem cinco e acontece alguma coisa, ele precisa faltar a última aula, ele perde as quatro aulas que ele deu. Isso é uma agressão frontal ao direito trabalhista, é inconstitucional, inclusive, tem que mandar mesmo o projeto de lei e fazer essa alteração.

Tem a questão da remoção, ele falou que a secretaria está trabalhando no concurso, está formulando, elaborando o concurso de remoção, que é uma reivindicação importante.

Tem aqui uma informação que eu quero checar, mas é importantíssima, que é uma reivindicação que nós estamos fazendo já há um bom tempo sobre o reenquadramento, sobretudo dos secretários, dos agentes de serviço e de servidores que não foram ainda contemplados no reenquadramento.

Eu me refiro aqui à Lei Complementar nº 1.144, de 2011, isso é muito importante porque esses servidores estão, na verdade, com as suas carreiras congeladas, porque são cargos em processo de extinção, então isso tem que ser corrigido imediatamente.

Eu já fiz a audiência pública aqui na Alesp e quando estive com ele há aproximadamente um mês eu levei também essa reivindicação, então isso é importante. Sei que também esses servidores estão mobilizados e conversando com a Secretaria da Educação.

Então, são vários pontos aqui, presidente, que ele menciona, espero que ele faça o encaminhamento, em caráter de extrema urgência, desse Projeto de lei Complementar alterando a Lei 1.374, que é a famigerada reforma do Magistério, da carreira do Magistério, que foi aprovada no ano passado sem o nosso apoio, porque nós já tínhamos denunciado as perversidades dessa lei.

Mas a hora que esse projeto chegar aqui, espero que ele chegue rapidamente, nós vamos votar em caráter de extrema urgência, Sr. Presidente, acho que nem vai ter debate.

A gente vai aprovar rapidamente para que o governador sancione e flexibilize de fato as APDs, para que a rede estadual possa ter novamente as faltas-aulas, para que haja o reenquadramento e a valorização de todos os servidores do quadro de apoio escolar, sobretudo a melhoria salarial, além do enquadramento, reenquadramento, tem que melhorar o salário.

Os servidores do quadro de apoio escolar, Sr. Presidente, têm os piores salários do funcionalismo público estadual e são servidores estratégicos para o funcionamento da Educação.

São eles os responsáveis pela abertura e pelo fechamento das escolas, eles que cuidam lá do pátio da escola, da entrada e da saída dos alunos, são os responsáveis pela elaboração do histórico escolar do aluno, do pagamento dos próprios professores, estão na secretaria, estão no pátio da escola e estão em todas as áreas.

Eles são fundamentais, mas são massacrados do ponto de vista salarial, do ponto de vista funcional, do ponto de vista da jornada de trabalho, então é muito importante Sr. Presidente, que esse projeto seja encaminhado em caráter de urgência, porque nós queremos votar.

E para concluir, Sr. Presidente, eu quero também registrar que hoje nós tivemos uma audiência pública importante aqui na Assembleia Legislativa, no plenário Paulo Kobayashi, com a presença de várias entidades representando a advocacia do estado de São Paulo, a OAB presente, várias subseções do estado, o sindicato dos advogados, a associação dos advogados, estavam todos lá presentes, deputados e deputadas. Também representantes, logicamente, do Tribunal de Justiça.

Houve um debate muito interessante, mas eu quero registrar que nós já tínhamos feito algumas audiências públicas desde quando esse Projeto 752 tinha sido apresentado aqui na Assembleia Legislativa, dois anos atrás, nós fizemos duas audiências públicas aqui através do nosso mandato e o projeto já tinha sido derrotado, não tinha argumento para aprovar esse projeto.

Só para concluir, Sr. Presidente. E hoje ficou muito mais claro ainda que não dá para aprovar esse Projeto 752. Eu fiz uma proposta, Sr. Presidente, porque não queremos atritar com o Tribunal de Justiça.

A luta nossa não é contra o Tribunal de Justiça, mas eu alertei os advogados e alertei, sobretudo, o Tribunal de Justiça de que não podemos cair na armadilha do governo Tarcísio de Freitas. É uma armadilha. Ele está jogando a advocacia contra o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça contra a advocacia.

Não podemos entrar nesse jogo, Sr. Presidente, porque temos que montar aqui, criar, eu disse, uma frente ampla, uma frente única, com a Ordem dos Advogados do Brasil, com o próprio Tribunal de Justiça, para exigir que o Tribunal, que o

Executivo, que o governador façam a suplementação orçamentária para o Tribunal de Justiça, porque é obrigação do estado financiar a Justiça, a democratizar o acesso.

É o estado que tem que financiar. Não tem que cobrar taxa da população, isso é um absurdo, já tem, nós pagamos impostos.

Então, o estado tem os recursos, Sr. Presidente, tanto é que quando o Tribunal de Justiça manda, o presidente do Tribunal de Justiça encaminha o Orçamento para o Executivo, o Executivo corta pela metade, e daí nós, aqui na Assembleia, apresentamos emendas para aumentar um pouco, para corrigir a defasagem.

Mesmo assim, como a Alesp é um puxadinho do Governo, a gente não consegue aprovar essas emendas, e aí o Tribunal de Justiça fica com o orçamento apertado.

Sobretudo, quero destacar, Sr. Presidente, que a nossa luta é para que haja o reajuste salarial dos escritores, dos oficiais de Justiça. Nossa luta é em defesa dos servidores que trabalham lá e que carregam nas costas o Judiciário.

É por isso que nós queremos mais recursos para o Judiciário. O Governo tem os recursos, Sr. Presidente. Temos o maior orçamento estadual de toda a história, o maior orçamento do Brasil no âmbito estadual.

Então, as condições orçamentárias estão dadas, é fazer o remanejamento, uma suplementação de 300 ou 400 milhões, não é nada para o estado. O nosso Orçamento hoje passa dos 317 bilhões de reais. Lembrando que há uma política de renúncia fiscal, que é a transferência de dinheiro público para os grandes grupos empresariais, de aproximadamente 80 bilhões de reais, Sr. Presidente.

Como que não tem dinheiro para suplementar minimamente esses recursos, para valorizar, sobretudo, os servidores, que estão lá na ponta atendendo a população: escreventes, auxiliares de serviços e os nossos oficiais de Justiça.

Então, fiz essa proposta: vamos todos juntos pressionar o Tribunal de Justiça, a Ordem dos Advogados do Brasil, deputados aqui da Assembleia Legislativa, e exigir que o Governo do Estado financie.

Não pode jogar a conta para que a população pague, porque seria quase uma reforma tributária, Sr. Presidente, jogar essa bomba no colo do povo mais pobre, sobretudo, do estado de São Paulo, que já tem grandes dificuldades de acessar a Justiça.

Sr. Presidente, fica aqui minha proposta e o apelo ao Tribunal de Justiça, que eu já fiz lá para os representantes do Tribunal de Justiça, para que eles pressionem o Governo do Estado. E aí não haverá necessidade nenhuma de aprovar esse PL nº 752, que não pode ser votado aqui na Assembleia Legislativa em nenhuma hipótese.

Termino, Sr. Presidente, manifestando mais uma vez nosso total apoio à greve das Etecs e Fatecs do estado de São Paulo. Infelizmente, este governo está destruindo a Educação: tentou tirar o livro didático das nossas escolas, está agora atacando Etecs e Fatecs. Os professores estão com a carreira paralisada, superlotação de salas, desmontes, de muitas delas, Etecs e Fatecs, um horror o que está acontecendo lá.

Eu participei de uma assembleia, tenho visitado as Etecs e Fatecs, Sr. Presidente, porque elas representam a oferta do ensino técnico e tecnológico do estado de São Paulo. No entanto, não há mais investimento.

O governo está transferindo esse modelo de ensino, de uma forma fake, mentirosa, para as escolas estaduais, não vai funcionar. Tem que investir é nas Etecs e Fatecs, que sempre representaram a oferta da qualidade de ensino nessas áreas do ensino técnico e tecnológico.

Era isso.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, e não havendo mais nenhum orador para fazer uso da tribuna, solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V.Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão, agradecendo a presença na Assembleia Legislativa dos nossos visitantes. Obrigado e um abraço a todos.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 25 minutos.

18 DE AGOSTO DE 2023

<p>Presidência: SOLANGE FREITAS, REIS e CARLOS GIANNAZI</p>

RESUMO

<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - SOLANGE FREITAS</p> <p>Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - REIS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - PRESIDENTE SOLANGE FREITAS</p> <p>Parabeniza a todos os estagiários pelo seu dia.</p> <p>4 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - REIS</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>6 - SOLANGE FREITAS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>7 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento da deputada Solange Freitas quanto à criação de praças de pedágio na Baixada Santista.</p> <p>8 - LECI BRANDÃO</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>9 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI</p> <p>Endossa o pronunciamento da deputada Leci Brandão a respeito da compra de livros didáticos pelo governo estadual de São Paulo.</p> <p>10 - REIS</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>11 - REIS</p> <p>Assume a Presidência.</p> <p>12 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>13 - CARLOS GIANNAZI</p> <p>Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>14 - PRESIDENTE REIS</p> <p>Defere o pedido. Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/08, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Solange Freitas.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>
--

PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta

Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o Expediente.

Pela ordem dos oradores inscritos, eu chamo o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Fabiana Barrosos. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Reis. O senhor tem o tempo regimental de cinco minutos para falar.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar a presidente, cumprimentar todos os deputados e deputadas, o público presente, os integrantes da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica. Cumprimentar todos os funcionários desta Casa e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Eu quero lembrar aqui e saudar, hoje é o dia dos estagiários e das estagiárias. E eu sou autor da Lei 16.291, do dia 26 de outubro de 2015, que instituiu, na cidade de São Paulo, o Dia do Estagiário. Então, a nossa saudação, respeito.

Também dizer que nós conseguimos aqui, nesta Legislação, deputado Carlos Giannazi, por uma iniciativa também minha, que pudesse cada gabinete, cada mandato, ter mais um estagiário de nível superior e mais um estagiário de nível médio.

Então, este ano os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas já estão autorizados a contratar um estagiário de nível superior, na área da Comunicação, na área do Direito, para auxiliar no dia a dia o bom funcionamento dos mandatos. A partir do ano que vem, um estagiário de nível médio.

É o nosso reconhecimento, e também na lógica de que esses estagiários possam se qualificar, possam conhecer todas as normas, as regras de funcionamento desta Casa, e se preparar para prestar um bom trabalho para a nossa sociedade.

Lá na Câmara não foi diferente. Lá também nós aumentamos o número de estagiários. Tanto os estagiários de nível médio quanto os estagiários de nível superior. Eles prestam um excelente trabalho na Câmara de São Paulo, e faço também uma saudação a todos eles. E também os estagiários desta Casa, e todos os estagiários e estagiárias do nosso País, do nosso estado, da nossa cidade, a nossa saudação.

Depois vou voltar a falar nesta tribuna. Hoje acho que dá para a gente fazer até o Grande Expediente. Mas eu quero também falar sobre a distribuição de câmeras corporais para os policiais militares.

Está na “Folha de S. Paulo”. O Governo do Estado alocou cerca de 400 câmeras, de outras unidades, para o policiamento de trânsito.

Sabem que o policiamento de trânsito é o cartão de visita da Polícia Militar, assim como o Corpo de Bombeiros, que é muito bem avaliado.

As câmeras, em que pese que tem esse debate, aqui mesmo tem vários deputados que são policiais, policiais da Rota, e que se colocam contra as câmeras corporais, mas elas também têm feito um excelente trabalho de proteção, de preservação e de prevenção aos nossos policiais.

Muitas vezes, os policiais são agredidos. Inclusive, a Companhia de Engenharia de Tráfego também está adotando esse instituto das câmeras corporais porque, volta e meia, tem um agente de trânsito sendo agredido.

As pessoas, às vezes, cometem infrações de trânsito, e não querem ser corrigidas. Então, quando aquele agente toma a sua providência, de acordo com a nossa legislação, muitas vezes ele é agredido.

Então a câmera corporal produz esse efeito de proteção. Porque ela vai filmar aquela agressão, aquele momento em que aquela pessoa está agredindo o agente de trânsito, agredindo o policial de trânsito. E, muitas vezes, no atendimento de ocorrências policiais também.

Muitas vezes, acontece do policial ser vítima de agressão. Porque tudo não pode ser na base da bala, e nem da arma. Então, muitas vezes, o policial vai atender uma ocorrência, uma desinteligência, ali tem um entrevero, e aquelas pessoas acabam indo para cima do policial. A câmera acaba filmando tudo isso, e ela vai produzindo provas também em favor do policial, em favor do agente de trânsito.

Mesmo que o governo, quando estava em campanha, tenha falado contra as câmeras, mas ele entendeu que realmente não dá para tirar as câmeras, e que elas vieram para ficar. Elas vieram para ficar, e vão continuar, em que pese os debates nesta Casa, muitas vezes contrários à sua existência, ao seu uso.

Nesse primeiro momento, a minha fala, Sra. Presidenta.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - SOLANGE FREITAS - UNIÃO - Muito obrigada, deputado Reis. Bem lembrado, hoje, o Dia do Estagiário. Parabéns a todos os estagiários. A aqueles que trabalham comigo, no meu gabinete, meu muito obrigada. E a aqueles que trabalham nesta Casa, muito obrigada. Que a gente possa contribuir ainda mais para o crescimento profissional deles.

Seguindo a ordem dos oradores inscritos, chamo o deputado Carlos Giannazi. Tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público aqui presente.

Sra. Presidente, quero manifestar o meu total apoio e solidariedade a toda a comunidade escolar da EMEF Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Inês Vieira Machado. É uma escola que fica em Ribeirão Preto. É uma escola da rede municipal.

Eu tenho aqui um boletim de ocorrência, dando conta de que agora, no último dia 16, na quarta-feira, um pai de aluno praticamente invadiu a escola, armado, ameaçou as professoras e colocou a arma na mesa.

Ele estava questionando alguns conteúdos que estavam sendo trabalhados com os alunos, conteúdos programáticos de acordo com a LDB, de acordo com o Plano Nacional de Educação, de acordo com o Plano Nacional do Livro Didático e de acordo com a BNCC.

- Assume a Presidência o Sr. Reis.

O pai foi lá, ameaçou a comunidade escolar, criou um constrangimento, um absurdo o que aconteceu, Sr. Presidente, dizendo que havia uma possível doutrinação ideológica, está tudo aqui no boletim de ocorrência, isso é um absurdo, Sr. Presidente.

Depois, ele indagou se o livro... Vou ler aqui, as docentes disseram que era... Ele estava questionando o livro e quem tinha autorizado o livro - as docentes, as professoras disseram que era o livro oficial do Programa Nacional do Livro Didático. Perguntou qual era o governo que havia autorizado esse livro, disse o pai, as docentes disseram que era autorizado pelo MEC na gestão passada, na gestão do Bolsonaro.

É lógico. Esse pai era um bolsonarista de extrema direita, um desses membros da seita da extrema direita, Sr. Presidente, deputado Reis, que invadiu a escola, isso é o fascismo brasileiro, é o profotascismo, Sr. Presidente.

São os bolsonaristas, que insistem nesse movimento, que já foi sepultado historicamente, do Escola Sem Partido, ameaçando professoras - é um covarde - ameaça professoras armado, entrou armado dentro da escola, é um absurdo total.

Isto é um boletim de ocorrência. Eu quero, Sr. Presidente, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, acionar a Secretaria de Segurança Pública, para que ela tome as devidas providências, investigue.

E esse pai tem que ser punido rigorosamente, Sr. Presidente, que as penas da lei caiam sobre ele, porque é muito grave um pai de aluno, de extrema direita, que implanta na escola uma política de ódio, de medo, cria um terrorismo na escola.

Imagina se isso vira moda, todo pai entrar armado ameaçando as professoras, que estão lecionando no ensino fundamental? Nós não podemos permitir isso, Sr. Presidente.

Então a punição deve ser exemplar, espero que a Secretaria de Segurança Pública tome todas as providências, porque tem aqui o boletim de ocorrência, Sr. Presidente, nós não podemos tolerar violência nas escolas. É um absurdo.

Nós estamos numa luta no Brasil para pôr fim à violência, que tem matado as nossas professoras, os nossos alunos, vários episódios aconteceram e continuam acontecendo.

E vem sempre da mesma vertente, Sr. Presidente, desses grupos nazifascistas, extremistas, de extrema direita - porque a direita não faz isso -, esses fanáticos bolsonaristas, todos eles se afinam com isso, com essa política de ódio de intolerância de violência.

Um pai entra armado dentro de uma escola, ameaçando as professoras e questionando o conteúdo pedagógico da escola com uma arma na mão. É o fim do mundo. Punição para esse pai.

Eu solicito que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas ao secretário de Segurança Pública do estado São Paulo, por via das dúvidas, porque essa secretaria está tomada por grupos de extrema direita.

Então eu solicito que cópias do meu pronunciamento sejam encaminhadas, Sr. Presidente - para que haja de fato a investigação - ao Ministério Público Estadual, para que haja investigação e punição exemplar para esse pai, que entrou armado, uma pessoa covarde, que entra em uma escola armada, ameaça professoras e ainda coloca a arma na mão.

Era isso, Sr. Presidente.

Então peço que as cópias sejam encaminhadas imediatamente ao secretário de Segurança Pública e também ao Ministério Público Estadual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Na qualidade de presidente em exercício, defiro o requerimento de V. Exa. para que as cópias sejam encaminhadas.

Continuando a lista de oradores e oradoras, o próximo orador é o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Simão Pedro. (Pausa.) Deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Ediane Maria. (Pausa.) Deputada Professora Bebel. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputada Ana Perugini. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.)

Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Tenente Coimbra. (Pausa.) Deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputada Marta Costa. (Pausa.)

Entrando na Lista Suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.) Deputada Solange Freitas. Tem V. Exa. o tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. SOLANGE FREITAS - UNIÃO - SEM REVISÃO DO ORADOR -Mais uma vez, boa tarde a todos. Hoje, desde as 10 da manhã, está acontecendo uma audiência pública para falar sobre a privatização de algumas rodovias no litoral e na região de Mogi das Cruzes.

Eu pude ter uma fala nessa audiência; foram dois minutos colocando meu ponto de vista como representante da população, principalmente das cidades que serão impactadas com essa mudança, tanto do lado positivo, quanto do lado negativo.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

E quando eu ouvi as explicações da Artesp, colocando todos os detalhes de como vai ser essa privatização das rodovias, eu continuo com a mesma opinião: pedagó, não.

Os moradores vão sofrer um impacto muito grande se essa privatização acontecer dessa maneira. E eu posso dar um exemplo, como moradora da Baixada Santista: o que vai acontecer na rodovia Padre Manoel da Nóbrega.

Nós temos até uma arte mostrando os valores dos pedágios que nós vamos ter que pagar se esse sistema for para frente, se o governador insistir com esse sistema de privatização das rodovias.

Só para a gente ter um exemplo ali, olha: de Arujá para Mogi, na consulta pública feita em 2023, o valor do pedágio vai ficar ao todo 3,40 reais. Mogi-Bertioga: 6,12 reais; Bertioga-Santos, vamos pagar 5,11; Peruibe-Praia Grande, 10,29; Miracatu-Peruibe: 6,24.

Pode deixar ainda esses valores apresentados aqui, porque quando eu olhei de Peruibe a Praia Grande, quem é da cidade, quem é morador da região, quem costuma transitar ali sabe muito bem o que eu vou estar falando.

Nós não pagamos nada hoje para transitar por ali, e a partir desse sistema nós vamos desembolsar, para ir de Peruibe até Praia Grande, 10,29. Não tem como dizer “sim” ao pedágio.

É impossível, quando a gente vê esses valores. Porque a Padre Manoel da Nóbrega é, para nós, uma avenida dentro das cidades; nós temos que passar de um lado ao outro.

As vezes, para ir ao trabalho, para ir à cidade vizinha, à casa do amigo, à faculdade, à escola, a gente precisa passar pela rodovia. A rodovia corta essas cidades. Então é como se fosse uma avenida grande, uma avenida larga. E a gente vai ter que pagar para andar nas nossas próprias cidades? Isso é um absurdo.

E aí tem uma outra explicação: “ah, o morador não precisa pagar, é só não andar na rodovia, anda nas marginais”. Mas e o impacto do trânsito nessas marginais, como é que vai ficar?

Em Itanhaém, por exemplo, nesse projeto não tem previsão de fazer uma duplicação das marginais, e lá o problema é ainda maior, porque precisaria de outros acessos, muitos acessos, pelos menos uns 10, para não impactar tanto na vida dos moradores no dia a dia.

Por isso, não dá para dizer “sim” ao pedágio. Nós estamos lutando contra esse sistema que foi apresentado. O prefeito de Itanhaém, Tiago Cervantes, que estava na audiência pública e fez uma fala, vem defendendo a cidade. Parabéns, prefeito, por estar lá defendendo a população.

Ele disse que, em uma reunião que teve com a Artesp para falar sobre os problemas e o impacto em Itanhaém, a reunião terminou assim, ouvindo a seguinte frase: “Vai andar pela rodovia estadual, então vai ter que pagar”. Infelizmente a reunião terminou desse jeito.

Eu sei que o governador Tarcísio é bem sensível à população, aos problemas trazidos pela população. Nós estamos representando os moradores das cidades que vão ser impactadas e pedimos para o governador Tarcísio rever esse projeto, rever o pagamento do pedágio.

Não é justo que nós, moradores, tenhamos que pagar essa conta. Além de pagar essa conta, vamos ter um impacto muito negativo dentro das cidades, e os turistas também vão sumir da região, porque não vão querer pagar pedágio.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu queria concordar com Vossa Excelência. Nós também estamos nessa luta denunciando essa privatária bolsotucana, a farrá dos pedágios do estado de São Paulo. É um absurdo total a implantação desses pedágios, agora eletrônicos. Serão pedágios diferenciados, tanto na Baixada Santista como também na região de Mogi das Cruzes. Nós estamos irmanados nessa luta, deputada Solange Freitas.

Dando sequência à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, agora já na Lista Suplementar, a próxima oradora é a nobre deputada Leci Brandão, que fará uso regimental da tribuna.